

FONTES  
BNP  
BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

# Cartas do Rio de Janeiro

1811-1821

Luís Joaquim dos Santos Marrocos



**Cartas do Rio de Janeiro  
1811-1821**  
Luís Joaquim dos Santos Marrocos

**COORDENAÇÃO DO PROJECTO**  
Elisabet Carceller Guillamet

**PESQUISA E REVISÃO**  
Maria Conceição Geada

**ESTUDOS**  
Ana Cristina Araújo  
Luís Alves Marques

**TRANSCRIÇÃO E ÍNDICES**  
Cristina Pinto Basto  
Elisabet Carceller Guillamet

**COLABORAÇÃO**  
Filipe Abolm Antunes  
Isabel Ramirez Garcia

**CAPA**  
Charles Landseer  
*Cidade do Rio de Janeiro vista do Livramento*

**DESIGN**  
TVM designers

**DIGITALIZAÇÃO**  
Elisabet Carceller Guillamet

**PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO**  
Oficinas Gráficas ERP/BNP

**TIRAGEM** 1500 exemplares

**DEPÓSITO LEGAL** 275337/08

© Biblioteca Nacional de Portugal | Biblioteca da Ajuda

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos, 1781-1838  
Cartas do Rio de Janeiro : 1811-1821 / Luís Joaquim dos Santos Marrocos ;  
coord. Elisabet Carceller Guillamet ; pesq. e rev. Maria Conceição Geada ;  
transcr. e índices Cristina Pinto Basto, Elisabet Carceller Guillamet.  
Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. - 564, [4] p. : il. - (Fontes)  
ISBN 978-972-565-430-9

I CARCELLER GUILLAMET, Elisabet, 1979  
II GEADA, Maria da Conceição de Carvalho, 1943  
III BASTO, Cristina, 1965

CDU 821.134.3-6Marrocos, Luis.09(042)  
929Marrocos, Luis(044)  
94(469)\*1811/1821\*(044)  
94(81)\*1811/1821\*(044)

PATROCÍNIO

 200 Anos  
Portugal, Brasil

 vila Galé  
HOTÉIS

<b>Apresentação</b>	9
CRISTINA PINTO BASTO	
<b>Estudos</b>	
Uma longa despedida.	13
Cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos	
ANA CRISTINA ARAÚJO	
O papel e as marcas de água	41
nas cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos	
LUÍS ALVES MARQUES	
<b>Cartas 1811-1821</b>	
Edição das cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos	71
Critérios de transcrição	73
Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821	77
LUÍS JOAQUIM DOS SANTOS MARROCOS	
<b>Índices</b>	
Índice cronológico	509
Índice topográfico	515
Índice onomástico	523
Índice ideográfico	541
Índice descritivo de imagens	563

## Uma longa despedida. Cartas familiares de Luís Joaquim dos Santos Marrocos

ANA CRISTINA ARAÚJO

Universidade de Coimbra | Faculdade de Letras

Luís Joaquim dos Santos Marrocos é um homem sem grande valimento social, sem obra publicada, e, a avaliar pelos traços do retrato que compõe de si, sem qualidades notórias. Ambiciona subir na vida e não esconde esse desígnio: – «vivo na esperança de ser algum dia mais do que sou»<sup>1</sup>. A aspiração social existe, mas são poucos os documentos oficiais que reportam a trajetória e as andanças de sua vida, da qual também não fazem parte feitos extraordinários ou motivos merecedores de menção pública.

Senhor de um apelido invulgar, Marrocos nasce a 17 de Julho de 1781, em Lisboa, e morre a 17 de Dezembro de 1838, na cidade do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Na altura tinha 58 anos e nenhum testemunho parecia assegurar longevidade à sua memória pessoal, que abarcava acontecimentos passados em dois séculos, dois continentes e dois países: Portugal e Brasil.

Nos alvares da idade adulta, circunstâncias imprevistas e decisões difíceis tinham abalado, profundamente, os destinos da sua família e da sua pátria. Em tempos de incerteza no continente europeu, com o desenrolar da Guerra Peninsular (1807-1814), e no decurso de um difícil período de adaptação ao Brasil, para onde se desloca, na Primavera de 1811, em missão de serviço à Corte, no Rio de Janeiro, Luís Joaquim dos Santos Marrocos converte a rotina em matéria de escrita, relatando, regularmente, ao pai e à família episódios, notícias e acontecimentos da época. Esta copiosa documentação pessoal pode considerar-se um testemunho raro e uma fonte extraordinária para o estudo da sua condição histórica e da de outros homens e mulheres seus contemporâneos. Os quadros sociais da memória de Luís Joaquim dos Santos Marrocos e as contingências que ditam o seu papel de observador dos Grandes, da Corte e do

<sup>1</sup> BA 54-VI-127, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1811, p. 84.

<sup>2</sup> Para a data de nascimento, veja-se o traslado da certidão passada pelo padre Joaquim Manuel de Carvalho, prior da igreja paroquial de S. Miguel da Alfama, em 3 de Outubro de 1797 – *AVC*, Certidões de Idade, 1772-1833, livro XXXV. Para a data da morte, veja-se a notícia de obituário do *Jornal de Comércio* do Rio de Janeiro, de 18 do mesmo mês, na introdução de Rodolfo Garcia às «Cartas de Luis Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821» (MARROCOS 1939: 16).

governo, e da gente comum e seus hábitos sociais fazem dele um protagonista oculto de acontecimentos colectivos e um narrador comprometido, com muitas histórias para contar. Mais do que dar a conhecer um modo de ser e uma forma de estar, as cartas trazem à superfície um conjunto de factos em processo de acontecer.

Neste estudo introdutório começamos por salientar, em traços largos, as características da correspondência: os destinatários, o ritmo da escrita, a sua materialidade e os múltiplos circuitos que as cartas percorrem, por correio. Num segundo momento, analisamos a posição do autor em relação aos seus correspondentes, tentando captar, com a nitidez possível, o retrato de quem escreve, as suas motivações, laços familiares, redes clientelares e teias de sociabilidade. Em terceiro lugar, realçamos, no quadro da biblioteca, os aspectos ligados à cultura, com destaque para o livro e para a leitura. Por fim, sinalizamos o carácter recorrente da informação sobre a vida social, económica e política no Rio de Janeiro, com o objectivo de descrever as motivações de quem quer ser diferente permanecendo o mesmo homem mas não o mesmo sujeito histórico, antes e depois da Independência do Brasil. Dito de outro modo, ensaiaremos descortinar em que medida a partilha real e simbólica da terra dá lugar à demarcação de identidade política.

Muitas informações dispersas – de carácter político, económico, social e cultural –, igualmente preciosas para a compreensão da época, permanecerão exteriores a esta leitura, que, sublinhe-se, tem apenas um carácter introdutório. De qualquer modo, os assuntos contemplados nas cartas, as referências temáticas e os campos de nomeação que nelas se inscrevem têm a sua busca bastante facilitada, dado que esta edição comporta diversos índices analíticos. Em resumo, este livro disponibiliza ao leitor um conjunto excepcional de cartas, fornece-lhe um extenso roteiro de mensagens e uma concisa gramática comunicativa, de molde a melhor vincular as cartas ao seu emissor e às distintas pessoas que, directa ou indirectamente, intervêm na rede de comunicação que a correspondência alimenta.

### O Maço de Correspondência

O riquíssimo epistolário de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, agora dado à estampa, em versão integral, compreende um total de 206 documentos avulsos, manuscritos, dos quais 191 autógrafos. O epistolário abre com uma carta datada de 12 de Abril de 1811 e termina com outra escrita em 26 de Março de 1821. O destinatário principal de 165 cartas familiares é o pai, Francisco José dos

Santos Marrocos que, por esquecimento ou por outro motivo, deixou ficar o maço de todas as cartas e papéis inclusos no sítio em que trabalhava, a Biblioteca Real da Ajuda. A segunda destinatária das missivas de Marrocos é a sua irmã Bernardina. Entre todos os papéis e bilhetes avulsos, com ou sem anotação específica, contam-se quatro cópias e duas cartas de 2.<sup>a</sup> via e uma insignificante parcela de mensagens endereçadas a familiares e amigos.

O principal receptor e organizador da correspondência juntou ao conjunto de cartas, bem conservadas – algumas das quais com menção da data de recepção, acrescentada à margem –, um curioso documento de arquivo. Para sua orientação, o pai, que era ajudante na Biblioteca da Ajuda e se habituara a trabalhar com tabelas de normalização e de classificação, elaborou uma pauta calendarizada, com duas entradas distintas, para arquivar o correio recebido e expedido. Na mesma folha de papel averbou a «lembrança dos navios», vindos do Rio de Janeiro que traziam cartas do filho, <sup>43</sup> ao todo, e registou, com idêntica precisão, o nome e a data de partida, do porto de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro, <sup>24</sup> dos <sup>49</sup> barcos que levaram correspondência sua. Este registo permite verificar que há extravios pontuais e evidentes desequilíbrios de ritmo e de frequência na troca de mensagens.

De facto, durante os primeiros anos da sua permanência no Brasil, Luís Joaquim dos Santos Marrocos escreve, ao correr da pena, com assinalável regularidade, à família. Mas, a cada passo, lamenta não obter resposta pronta às suas missivas. Procura dar conta do que de mais importante ocorre, torna-se um narrador contido de súbitos acontecimentos, que usa meias palavras para criticar e maldizer e que se repete, até à exaustão, quando se queixa ou quando gere, bem ou mal, expectativas suas e alheias.

Respeitando a data de redacção e não a de recepção das cartas, verifica-se que, após a chegada à cidade do Rio de Janeiro, Luís Joaquim dos Santos Marrocos envia ao pai, entre Julho e Dezembro de 1811, 9 cartas. Estas são precedidas por uma missiva inicial, redigida em viagem e lançada no correio na ilha de Santiago, Cabo Verde, em 12 de Abril de 1811. Antes de 21 de Julho de 1811, data da segunda carta conservada no espólio da Biblioteca da Ajuda, outros sobrescritos dirigidos ao pai parece não terem chegado às mãos do destinatário. Sem saber porquê, Marrocos, desalentado e desgostoso, lamenta: «é para mim a maior desconsolação quando vejo chegar Navios de Lisboa, e não acho Cartas: entro a formar ideias sinistras, que me transtornam todos os meus sentidos: portanto rogo-lhe que me escreva sempre por todos os Navios»<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> BA 54-VI-12<sup>3</sup>, Rio de Janeiro, 21 de Julho de 1811, p. 82.

Entre Julho de 1811 e Dezembro de 1813, Luís Joaquim escreve, em média, duas vezes por mês para casa de seus pais. Mas espera largas temporadas por resposta, devido a atrasos de escrita e falhas na distribuição do correio. Numa dessas ocasiões diz ao pai: «nunca mais tive Carta alguma sua, por vários Navios, que têm aqui chegado. Finalmente anteontem chegaram a este Porto os Navios *Flor de Lisboa*, *Bom Sucesso*, e *Nova Aliança*, e fazendo eu as diligências devidas, me certificou José Lopes de Gouveia, que não tinha vindo Carta alguma sua para mim, mostrando-me todas quantas tinham vindo no baú do dito Capitão. Por outra parte depois de me ter fatigado em ir a bordo dos outros Navios para o mesmo fim e tudo inutilmente, vou achar o meu nome na Lista do Correio, mas com o maior espanto vi que me tinham tirado a Carta do Correio por engano ou temerária curiosidade»<sup>4</sup>.

Entre 1814 e 1817, por circunstâncias que se prendem com a sua mudança de estado civil, o fluxo de correspondência decresce. Depois disso, «a crónica epistolar», a expressão é de Oliveira Lima (1996: 351), conhece altos e baixos. Em 1817, as temporadas de silêncio crescem. Durante meses a fio, Luís Joaquim não escreve ao pai e à irmã. Porém, em Novembro de 1817, expede, de uma assentada, 4 cartas para a família. Procura, então, sem grande êxito, restabelecer o diálogo com parentes e amigos. Em 1818, envia para a morada paterna 24 cartas; em 1819 escreve ao pai 18 vezes e uma vez, pelo menos, à irmã; no ano seguinte o pai recebe 20 cartas de Luís Joaquim. A última que lhe chega às mãos, na mesma sequência, tem data de 26 de Março de 1821 e foi recebida, conforme anotação à margem, com diferente caligrafia, a 8 de Julho de 1821. Chegava com manifesto atraso, dado que o tempo médio de travessia do Atlântico rondava os dois meses e meio<sup>5</sup>. No mesmo envelope vinha, porém, uma segunda missiva para outra pessoa, que não chegou, talvez, a ser entregue ao destinatário.

As diferenças de expectativa dos correspondentes, a percepção nítida das dificuldades económicas porque passava a sua antiga casa, em Lisboa, e a ideia, que começa a ganhar força a partir de 1814, de não mais regressar à metrópole,

<sup>4</sup> BA 54-VI-12<sup>24</sup>, Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1812, p. 134.

<sup>5</sup> O tempo de viagem da correspondência era muito variável. Segundo a tabela elaborada por José Francisco dos Santos Marrocos, no ano de 1813, por exemplo, os navios vindos do Rio de Janeiro, com malas de correio, entraram na barra de Lisboa com 56 dias de viagem, no mínimo. Em média, a travessia do Atlântico levava 86 dias, pouco mais ou menos. O mesmo documento identifica, no entanto, casos de maior duração de percurso. Cf. «Lembrança dos Navios, pelos quais tenho recebido cartas do Rio de Janeiro», incluído nas cartas manuscritas da BA que temos vindo a citar. No Rio de Janeiro, Luís Joaquim dos Santos Marrocos regista uma cadência ligeiramente mais rápida para o trajecto inverso. Em Junho de 1812 escreve: «No dia 15 deste mês entraram aqui os Navios *Bom Sucesso* e *Flor de Lisboa*, o 1.º com 71 dias, e o 2.º com 72. No dia 16 entrou o Navio *Nova Aliança* com 62 dias. No dia 19 entrou o Navio *Marquês de Angeja* com 72 dias. No dia 20 entrou o Navio *Imperador de América* com 45 dias», BA 54-VI<sup>25</sup>, Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1812, p. 136.

são razões que acabam por comprometer, de vez, o filão de um diálogo difícil, não isento de zangas, ressentimentos e incompreensões recíprocas. Se, num primeiro momento, há agravos a reparar, no termo da correspondência a frieza de linguagem e de procedimentos torna-se indisfarçável. Em 1813 e em ocasiões posteriores, Luís Joaquim exprime-se de forma sensível e espera receber, em troca, compreensão: «devo prevenir a Vossa Mercê da minha retractação acerca de uma antecedente minha, que foi escrita mais por desesperação que tino, cheia toda de asneiras e não sei se de blasfémias: a este respeito já escrevi a Vossa Mercê pedindo-lhe me desculpasse, conhecendo a razão que eu tinha; e desde já fico sossegado da minha ilusão»<sup>6</sup>. Em contraste, numa de suas últimas cartas ao pai denuncia o marcado formalismo da linguagem usada pelo correspondente e o insuportável esgotamento a que tinha chegado a relação familiar. Exasperado, escreve: «me parece impróprio e incompetente o tratamento de “Senhor”, que Vossa Mercê me dá nos seus recibos, pois se conhece com evidência ser aquela palavra trazida à força e arrastada, adulterando talvez a singeleza, que deve supor-se nas suas expressões; sendo certo que mais me honra um “tu” proferido pela sua boca, inda que seja à vista do Mundo inteiro, por ser esta a linguagem do coração, e o tratamento que só conhece o Amor paterno, do qual um “Vossa Mercê” seco e estéril, que inteiramente repugna à boa inteligência de Pai e filho, e que a natureza a seu respeito desconhece»<sup>7</sup>. Era passado o tempo em que Marrocos agradecia «uma e mil vezes» o «favor das letras» que chegavam por mar para «mitigar de algum modo o desassossego, em que [...] andava envolto»<sup>8</sup>.

Durante todo o período em que escreve para o reino tenta multiplicar vias de contacto seguras e explorar possíveis modalidades de transporte de cartas e encomendas. Este lado da cultura material da carta, ligado ao circuito e às práticas de expedição do correio, reveste também particular interesse.

## O Correio

Marrocos utiliza, principalmente, três distintas vias postais. O correio-geral, o portador particular e o saco da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Na primeira modalidade, tinha a garantia de registo do emissor e do destinatário, com indicação das datas de partida e de chegada do correio, e podia reclamar, em circunstâncias especiais, cobertas por seguro, compromissos de entrega da correspondência. Apesar de manter relações de confiança

<sup>6</sup> BA 54-VI-12<sup>37</sup>, Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1813, p. 167.

<sup>7</sup> BA 54-VI-12<sup>65</sup>, Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1820, p. 491.

<sup>8</sup> BA 54-VI-12<sup>25</sup>, Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1812, p. 136.

pessoal com outros emissários, não dispunha das mesmas vantagens quando recorria a correios próprios ou de gabinete. Consoante a oportunidade de portador e a facilidade de transporte, assim fazia chegar a Lisboa cartas, papéis, livros, dinheiro<sup>9</sup> e mercadorias: café<sup>10</sup> e quina<sup>11</sup>, por exemplo.

Conhecia bem os estratagemas utilizados na expedição do correio. Metia no mesmo envelope bilhetes e cartas, abertas ou fechadas, para diferentes destinatários. E, frequentemente, alertava os correspondentes para a falta de segurança que ofereciam os portadores particulares. Em relação ao Saco da Secretaria de Estado, dizia, em 21 de Novembro de 1812, que devido «às muitas mãos que ali mexem», tinham sido decretadas medidas «para nenhuma carta [...] escapar ao pagamento do porte»<sup>12</sup>. No entanto, indicadores posteriores deixam antever que a fuga à expedição regular continuou a fazer-se, de um lado e de outro do Atlântico, com recurso a emissários conhecidos.

Em momentos de maior controlo oficial, Luís Joaquim, conhecendo o aperto económico da família, tenta auxiliar o seu correspondente principal, desobrigando-o do encargo de fretes, por vezes, duplamente cobrados: «Eu tenho o cuidado de pagar antecipadamente no correio o porte de todas as cartas que daqui remeto para V. M., para evitar despesa, porém não tenho a certeza que aí os correios sejam exactos, querendo grammar segundo porte»<sup>13</sup>. Para além deste procedimento, recorre a cartas de seguro para ter a certeza da entrega de sobrescritos e encomendas (ARAÚJO 2005A). E, não raro, antecipa o pagamento de seguro e portes para a volta do correio.

Nas cartas, Marrocos fala do que é público e do que é privado, do que ouve dizer e do que pretende que não se saiba, de banalidades e de grandes acontecimentos. Em família, deixa escapar pensamentos e opiniões, relata cenas do quotidiano,

<sup>9</sup> «Pelo Navio *Trajano*, que saiu deste porto a 10 de Outubro passado, foi daqui ordem ao Oficial de Secretaria António da Silva Freire de Andrade Paizinho, para dar a Vossa Mercê a quantia de 60\$000 réis, a qual no momento, em que Vossa Mercê receba esta, já lhe terá sido entregue. Agora vai outra ordem ao mesmo, a fim de fazer segunda entrega da quantia de 100\$000 réis, para cuja recepção terá Vossa Mercê o incómodo de o procurar», BA 54-VI-12<sup>59</sup>, Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1819, p. 458-459.

<sup>10</sup> Procedimento que explicita nestes termos: «remeto a Vossa Mercê uma saca com 5 arrobas de Café, para Vossa Mercê provar a especialidade desta produção, se o quiser gastar em Casa; mas se nele quiser fazer algum interesse, vai incluso um pequeno rol de despesas feitas aqui para se calcular preço da venda, advertindo que devem incluir-se as que aí se fizerem em Despacho e carretos, para se conhecer o valor de cada arrátel: O café é magnífico, e escolhido, não havendo algum outro melhor que este; e por isso demorei a remessa, que intentava fazer, para mandar vir este de São João del-Rei. Com esta vai um Conhecimento para o tirar de bordo, e no primeiro Navio mandarei 2.º Conhecimento para servir, quando este se perca; e na minha mão fica 3.º, que só mandarei com aviso de Vossa Mercê, quando não sirvam o 1.º e 2.º», BA 54-VI-12<sup>27</sup>, Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 1812, p. 143.

<sup>11</sup> «À Quina, em que Vossa Mercê me fala, a remeterrei sem falência, logo que se me ofereça ocasião», BA 54-VI-12<sup>59</sup>, Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1819, p. 462.

<sup>12</sup> BA 54-VI-12<sup>53</sup>, Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1812, p. 161.

<sup>13</sup> BA 54-VI-12<sup>39</sup>, Rio de Janeiro, 26 de Março de 1813, p. 173.

fala de intrigas e fornece múltiplas indicações sobre a conduta de personagens da época. Para aprofundar os fios da narrativa epistolar, o seu autor estabelece com o leitor um protocolo de verdade, baseado na franqueza e na confiança, como se depreende deste desabafo inicial feito ao pai: «tenho vontade de desenferujar a língua [...] quando lhe escrevo, estou em gostosa conversação com Vossa Mercê»<sup>14</sup>.

### A Família: Endereço Postal em Lisboa

A partir dos escassos elementos biográficos existentes e das notas soltas que o próprio fornece ao longo de pouco mais de uma década de escrita epistolar, a condição do sujeito que escreve e a interactividade discursiva que estabelece com outros personagens contribuem para alargar a moldura de um retrato social nem sempre fácil de traçar. Na Primavera de 1811, em vésperas de partir para o Brasil, Luís Joaquim dos Santos Marrocos é um homem dependente, solteiro e com poucos recursos económicos. Tem 30 anos e reside em casa de morada de seus pais, no Pátio da Ópera, em Belém, endereço que continua a constar dos sobrescritos remetidos do Rio de Janeiro.

O Pátio da Ópera, situado, provavelmente, ao cimo da Calçada do Galvão, confinava com o teatro da Ajuda, no Paço Velho, reedificado, após o terramoto de 1755, por ordem do monarca D. José I, para deleite da família real e seus convidados. Na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, em torno da Real Barraca – construída para alojar a Corte, depois da derrocada do Paço Real da Ribeira –, foram-se rasgando, ao longo da segunda metade do século XVIII, novas artérias e expandindo os bairros destinados à habitação de fidalgos, cortesãos e servidores da Casa Real. Apesar do incêndio que, em 1794, consumiu a Real Barraca, os edifícios e as casas de morada situados nas suas imediações permaneceram habitados. O início da construção do Real Palácio da Ajuda (1795) e a manutenção das Casas da Música e da Ópera, da Real Biblioteca e do Jardim Botânico arrastaram para o sítio novos moradores. Não sabemos em que data precisa a família Marrocos se transferiu para o Pátio da Ópera, mas é seguro que em 1802 já se encontrava instalada nesse local.

Numa fase mais recuada, os Marrocos haviam vivido em Alfama e, provavelmente, de lá partiram em busca de uma morada mais segura e moderna. Luís Joaquim dos Santos Marrocos nasceu no Beco dos Mortos, tendo sido baptizado

<sup>14</sup> BA 54-VI-12<sup>8</sup>, Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 1811, p. 88.

a 1 de Agosto de 1781 pelo pároco da freguesia de S. Miguel da Alfama<sup>15</sup>. Nessa data, o pai, Francisco José dos Santos Marrocos, oriundo da Província do Minho, e natural do termo de Caminha, exercia o magistério de professor régio de Filosofia Racional e Moral na capital<sup>16</sup> e, por mercê régia, gozava do direito de apresentação, por uma vida, do padre da igreja de S. Paio da Carvalheira, no bispado de Braga<sup>17</sup>. Tinha contraído matrimónio, em Lisboa, com Bernarda Maria de Sena, natural da freguesia de S. João da Praça e desse casamento sobrevivera-lhe, para além de Luís Joaquim, uma outra filha, chamada Bernardina.

Na capital, Francisco José dos Santos Marrocos tinha como compadre um oficial da Real Ucharia<sup>18</sup>. Relacionava-se com outros professores régios, nomeadamente com Bento José de Sousa Farinha, conhecia o oratoriano Joaquim Dâmaso, da Biblioteca do Convento das Necessidades, que, em 1810, passa a ocupar o cargo de bibliotecário da Real Biblioteca do Rio de Janeiro, e trabalhava directamente com Alexandre António das Neves Portugal, sócio e guarda-mor dos estabelecimentos literários da Academia Real das Ciências e director da Junta de direcção literária da Imprensa Régia e da Real Biblioteca da Ajuda. Entre os seus conhecimentos avultavam, ainda, muitas figuras subalternas ligadas ao mundo das bibliotecas, das escolas, das academias, das juntas oficiais e secretarias de Estado. Tinha também ligações ao meio editorial. Preparara, em 1797, para a oficina de Simão Tadeu Ferreira, a reimpressão dos dois primeiros tomos do livro primeiro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia* de Fernão Lopes de Castanheda, e dera à estampa, em 1811, um curioso e útil *Mappa Alfabético das Povoações de Portugal*, que saiu sem indicação de autoria (INOCÊNCIO 1858-1958: 2, 413). Com raízes no Minho, os Marrocos de Lisboa mantinham ligações com a província, nomeadamente com um cônego da Sé de Braga e um major do exército, tios paternos de Luís Joaquim e de Bernardina.

Educado num meio favorável ao cultivo das letras, Luís Joaquim dos Santos Marrocos, depois de frequentar a escola pública, ingressa na Universidade de Coimbra. Em 1798, com 17 anos, matricula-se no primeiro ano de Matemática e

<sup>15</sup> AUC, Certidões de Idade, 1772-1833, livro xxxv, 3 de Outubro de 1797.

<sup>16</sup> Foi substituto de Bento José de Sousa Farinha, como professor régio de Filosofia Racional e Moral, no Loreto, conforme notícia do *Almanach para o Anno de 1797*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias. Mantém-se na escola do Loreto até 1800. Em 1802 é mencionado no *Almanach para o Anno de 1802* como professor régio no bairro Alto, Rua da Rosa. Mais tarde, será transferido para o estabelecimento do bairro de Belém, n.º 15 da calçada da Boa-Hora. Em 1823 ainda aí exerce funções, conforme o *Almanach de Lisboa para o Anno de 1823*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias.

<sup>17</sup> IAN/TT, Registo Geral de Mercês, D. Maria I, livro 20, fl. 36-36v; Chancelaria de D. Maria I, livro 43, f. 147. Assinale-se que a concessão de mercê tem a data de 23 de Março de 1793.

<sup>18</sup> António Simões que era Fiel do Cobre da Real Ucharia; IAN/TT, Feitos Findos, Processos Crime, Letra B, maço 9, n.º 63, cx. 22. Neste auto de justificação, respeitante ao ano de 1825, surge como testemunha abonatória de Bernarda Maria de Sena Marrocos que é dada como viúva.

Filosofia, pagando para o efeito 6400 réis de propina<sup>19</sup>. Se frequentou o curso não se apresentou a exames, pois não há qualquer registo de actos e graus associados àquela matrícula. É provável que tenha levado uma vida de estúrdia e de pouca aplicação aos estudos, como se infere da passagem de uma carta em que relembra a sua convivência com o cirurgião Domingos José Rodrigues da Costa, amigo das tias Leocádia e Margarida e galanteador de suas primas Matilde e Pulquéria. Em Coimbra e nas «jornadas para Lisboa, em que sempre associava, como membro da casa, e pelo que lhe era concedida toda a liberdade, que ele como taul sabia aproveitar», davam que falar as aventuras e desmandos da rapaziada, os quais se inibe de relatar, «por decência»<sup>20</sup>.

Após três anos de deriva académica, de que nada se sabe, Luís Joaquim consegue, graças ao empenho do pai, colocação no Paço da Ajuda. Na sequência da carestia de 1801, as receitas da casa mal chegavam para fazer face à crise. Por indicação do 3.º marquês de Angeja, mordomo-mor e ministro do Erário Régio, Francisco José dos Santos Marrocos consegue então ser nomeado ajudante da Real Biblioteca, acumulando essas funções com o exercício de professor régio, em Belém. No mesmo diploma, o filho, Luís Joaquim dos Santos Marrocos é provido no lugar de praticante da Real Biblioteca, ficando a trabalhar, sob alçada paterna, no registo de preciosas colecções régias de livros e documentos<sup>21</sup>. O despacho de provisão destes dois novos oficiais da livraria contempla também a contratação, como serventes, de Feliciano José Joaquim de Oliveira e José Lopes Saraiva. No fundo, com graduações, ordenados e funções diferentes, todos estes indivíduos eram remunerados como funcionários do Paço e nele serviam com exclusiva assistência à livraria. A dependência funcional do Real Serviço, reforçada pela escolha do bacharel Feliciano Marques Perdigão e do padre Francisco José Serra<sup>22</sup> para prefeitos da Biblioteca, revela que, apesar da indistinção administrativa de todos os agentes contratados pela Mordomia da Casa Real, havia uma cadeia hierárquica e uma especialização de tarefas entre os amanuenses da livraria. Para além destes aspectos, saliente-se a proximidade que todos estes servidores mantinham com o local de trabalho. Eram vizinhos e a maioria deles residia no Pátio da Ópera, à semelhança de outros assistentes que prestavam serviço em dependências da Casa Real. Enfim, eram remunerados,

<sup>19</sup> AUC, Livro de Matrículas 1798-1799, n.º 27, fl. 260.

<sup>20</sup> BA 54-VI-12<sup>96</sup>, Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 1816, p. 324.

<sup>21</sup> IAN/TT, Mordomia da Casa Real, livro 8, fl. 11. De acordo com o *Regulamento Provisional das Reais Bibliotecas* (1804), da autoria de Francisco José Serra, os ajudantes, praticantes e serventes deviam obediência aos prefeitos, guardiães dos segredos da livraria. Os prefeitos tinham a seu cargo a organização dos livros e documentos, o governo da casa e a disciplina de serviço. Sobre o assunto, veja-se Lília Moritz Schwarcz (2002: 179-180).

<sup>22</sup> IAN/TT, Mordomia da Casa Real, livro 8, fl. 11.

podiam acumular funções e alguns tinham mesmo direito a ração e a moradia. Todos se conheciam e quase todos beneficiavam da proximidade que mantinham com o mais alto oficialato da Corte.

### Redes Clientelares e Regimes de Protecção

Tudo indica que as relações de proximidade com os poderosos revestiam um carácter mais funcional e indirecto e menos pessoal e tangível. Em parte, porque a Corte se tinha transferido para o Palácio da Bemposta e o príncipe D. João, transitando por vários espaços palacianos, passava largas temporadas em Queluz e Mafra. De qualquer modo, é possível divisar, à distância, em algumas confidências de Luís Joaquim, o auxílio continuado e a protecção pontual dada à sua família por figuras influentes do Paço. À partida, o esquema de favorecimento difuso de que beneficiou contou com a protecção do 3.º marquês de Angeja – para quem chega mesmo a vaticinar a elevação ao título de duque<sup>23</sup> – e com o apoio discreto e decisivo de pessoas muito ligadas ao príncipe D. João. Entre todos, merece destaque Francisco José Rufino de Sousa Lobato que ocupou os cargos de guarda-roupa do Príncipe Regente, porteiro da Real Câmara, manteiro e tesoureiro do bolsinho, superintendente do convento de Mafra, deputado da Mesa da Consciência e Ordens e foi feito barão (1809) e visconde (1810) de Vila Nova da Rainha. Era um dos homens mais leais ao Príncipe Regente e foi premiado por isso (PEDREIRA; COSTA 2006: 146-147; LIMA 1996). No Rio de Janeiro, um ano após a sua chegada, Luís Joaquim dos Santos Marrocos reconhecia, com um misto de vaidade e gratidão, o brilho da sua boa estrela. Em Janeiro de 1812 tranquilizava o pai: «O Senhor Visconde de Vila Nova prometeu patrocinar-me no que lhe fosse possível, afirmando que *eu estava debaixo das suas vistas*»<sup>24</sup>. E volvidos poucos meses garantia: «Cada vez sou mais obrigado ao Excelentíssimo Senhor Visconde de Vila Nova da Rainha; pois que é decididamente meu Protector e Amigo»<sup>25</sup>. Se desde sempre conseguiu vantagens para si e para os seus com este apadrinhamento, também soube estender o seu reconhecimento a outro homem forte das finanças e da política no Rio de Janeiro, Joaquim José de Azevedo, tesoureiro da Casa Real e superintendente dos preparativos de embarque, em finais de Novembro de 1807, da esquadra régia com destino ao Brasil, tesoureiro da Real Capela, almoxarife dos paços reais, escrivão dos filamentos da Casa Real, comparador dos guarda-roupas do Paço, comparador da Coroa, responsável

<sup>23</sup> BA 54-VI-12<sup>6</sup>, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1811, p. 86.

<sup>24</sup> BA 54-VI-12<sup>5</sup>, Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 1812, p. 101 (itálico/sublinhado no original).

<sup>25</sup> BA 54-VI-12<sup>58</sup>, Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1812, p. 161.

pelas cavaliças reais, elevado à dignidade de barão (1812) e de visconde (1818) de Rio Seco, grande banqueiro e credor do Estado (RIO SECO 1821). Não caíra nas boas graças deste magnate de qualquer modo. A aproximação tivera lugar no reino, por interposto empenho de um amigo do pai, a quem pede «a mercê de reiterar os meus agradecimentos ao Senhor João Lourenço de Andrade pelos seus bons Offícios a meu respeito com o Senhor Barão do Rio Seco de quem tenho recebido mil obséquios de oferecimentos a tudo o que eu precisar, e dizendo-me muitas vezes *que me estima muito, o que assaz me lisonjeia*»<sup>26</sup>. E a respeito do mesmo Joaquim José de Azevedo não se cansa de exaltar, mais tarde, o acolhimento, o agrado e os sucessivos oferecimentos de favores que dele recebe<sup>27</sup>.

Na espiral de vantagens que agencia para si e que troca para os amigos e familiares há, evidentemente, muitas outras figuras de segundo plano envolvidas como, de resto, as cartas revelam. Mas para que essas boas graças tivessem êxito era essencial garantir trato deferente e servil obediência aos cortesãos que mencionámos, apesar das desavenças nos círculos da Corte, das intrigas e querelas de natureza protocolar que estes entre si mantinham (MALERBA 2000). Episódios desses conflitos surpreendem-se, a cada passo, na correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos que, na metrópole, fizera o seu primeiro tirocinio em altos esquemas de favorecimento, contando, desde logo, com a explícita benevolência do 1.º visconde de Santarém e do arcebispo de Adrianópolis, D. António Roberto de Barros Leitão de Carvalhosa, irmão do visconde de Santarém<sup>28</sup>. Em relação a esta família titular deixaria averbada a sua ingratidão, em Abril de 1819, quando noticia a partida do 2.º visconde do Rio de Janeiro com destino à Europa<sup>29</sup>. De qualquer modo, a ligação a este ramo da nobreza parece estar relacionada com a protecção dispensada pelos irmãos Lobato, uma vez que D. Maria Leocádia Barbosa de Sousa, irmã do 1.º visconde de Santarém e

<sup>26</sup> BA 54-VI-12<sup>33</sup>, Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1812, p. 161 (itálico/sublinhado no original).

<sup>27</sup> Entre outras referências, veja-se, BA 54-VI-12<sup>53</sup>, Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 1812.

<sup>28</sup> «Rogo a Vossa Mercê o favor de manifestar este meu ténue mas sincero reconhecimento; quando lhe seja possível ao Excelentíssimo Senhor Visconde de Santarém e ao nosso Excelentíssimo Senhor Arcebispo porque só das Suas recomendações poderia provir esta minha ventura; aliás nem ao menos o meu nome seria da atenção do dito Excelentíssimo Senhor Visconde. Lembra-me escrever directamente a estes Excelentíssimos Senhores, mostrando-lhes as vantagens, que tenho recebido, das Suas informações; mas será talvez ousadia querer distraí-los com as minhas letras, quando estou certo que Vossa Mercê dará vocalmente mais força e energia a esta minha confissão, do que o executaria a perturbação da minha pessoa», BA 54-VI-12<sup>58</sup>, Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1812, p. 161.

<sup>29</sup> «Eu sempre me desviei de lhe falar, e muito menos de o visitar, porque não sou enfunado de contrair amizade com Grandes ou semi-Grandes e dou-me bem com esse sistema, por me ter achado mal com o oposto. Uma vez que me encontrei na Livraria, onde era frequente para extrair Cópias do que inculcava entender, e não podendo eu escapar-lhe, me embarçou de talsorte com o que exigia de mim, que para me livrar disso, foi necessário fingir-me doente por ser sua pretensão contrária à exacção de minhas obrigações» (não autógrafa), BA 54-VI-12<sup>37</sup>, Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1819, p. 427.



açafata da rainha D. Maria I, casara com Francisco José Rufino de Sousa Lobato, futuro visconde de Vila Nova da Rainha. Graças a estes e a outros invisíveis apoios, Marrocos consegue, em primeiro lugar, livrar-se do alistamento militar e, em segundo, partir em missão oficial para o Brasil, em substituição de seu pai.

Apesar da sua condição de mancebo – sem defeito e sem casa para sustentar –, não serviu como miliciano nas campanhas do exército anglo-luso de 1808, 1809, 1810 e 1811. Por ocasião das Invasões Francesas, esteve apenas na retaguarda da guerra, trabalhando como escriturário na secretaria da Junta da Direcção Geral dos Provimientos de Boca para o Exército. Quase em vésperas de embarcar para o Brasil, é nomeado capitão de uma legião armada para defesa da cidade de Lisboa<sup>30</sup>, mas mal chegou a assentar praça nesse posto, tendo saído, em meados de Março de 1811, depois de um Inverno de grandes privações, na fragata *Princesa Carlota*, rumo ao Rio de Janeiro.

### A Real Biblioteca e os Manuscritos da Coroa

La com passagem de ida paga pelo Erário Régio e levava consigo a segunda remessa de livros da Biblioteca Real da Ajuda que aguardavam oportunidade de embarque, depois de planeada e frustrada a partida do espólio bibliográfico reunido em Novembro de 1807. A primeira leva de caixotes, contendo livros e uma riquíssima coleção de 6000 códices de Manuscritos da Coroa – que haviam sido retirados da livraria da Congregação dos Oratorianos, no Paço das Necessidades – partira, envolta em calculado sigilo, no início de 1810. Depois do êxito da primeira expedição, acompanhada pelo servente José Joaquim de Oliveira, seguiram-se mais duas travessias de livros. A segunda, confiada a Joaquim Luís dos Santos Marrocos, largou da barra do Tejo em Março de 1811 e a última, composta por 87 caixotes, foi embarcada, em Setembro do mesmo ano, na charrua *S. João Magnânimo*, efectuando-se a viagem sob a vigilância do servente José Lopes Saraiva. Coincidindo com a expulsão dos franceses do território nacional, a expedição da Real Biblioteca – dada por concluída com a reunião no Rio de Janeiro dos 317 caixotes vindos do Reino – simbolizava a transposição de um solene corpo memorial destinado a ilustrar a Corte e a semear hábitos de leitura na nova sede do Império (SCHWARCZ 2002: 262-269).

O acervo da livraria começou por ser acomodado no edifício da Ordem Terceira do Carmo, nas salas do andar superior, tradicionalmente reservadas a

<sup>30</sup> Sobre o assunto, veja-se a introdução de Rodolfo Garcia às «Cartas de Luis Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821» (MARROCOS 1939: 7).

enfermarias. Mas como os livros se foram estendendo às salas e estantes instaladas no piso térreo, em pouco tempo, o prédio acabou por ser exclusivamente destinado à Real Biblioteca. A reforma do edifício, a decoração das paredes e a disposição das estantes tornaram, na opinião de Marrocos, «a Casa muito linda e muito bem arranjados os Livros»<sup>31</sup>. Em Janeiro de 1813, enquanto o aparelhador da obra, o servente José Feliciano, seu conterrâneo e antigo vizinho em Lisboa, andava ocupado nos preparos da casa, o ajudante dava conta da abertura dos últimos 67 caixotes vindos de Lisboa<sup>32</sup>. No ano seguinte, um copioso espólio composto por cerca de 60 mil volumes – agrupados em cinco classes principais: Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Letras e História –, ao qual acresciam coleções de estampas, mapas e jornais, eram oferecidos à consulta pública<sup>33</sup>. A Livraria, espaço emblemático da Corte, abria assim as suas portas à cidade, acolhendo, de início, um grupo reduzido de selectos leitores: membros da família real, do corpo diplomático e, ainda, um restrito número de fidalgos, cortesãos e burgueses cultos (SCHWARCZ 2002: 276). Conhecendo por dentro e por fora a casa, o ajudante da Biblioteca asseverava, em 1816, ter «chegado a Livraria a um auge de esplendor, e grandeza, como talvez se não encontre em muitos Tribunais da primeira consideração do Reino»<sup>34</sup>.

Esta opinião contrasta com a primitiva imagem que guardava da instituição, moldada por um estilo declaradamente «fradesco». Os prefeitos da casa dos livros eram o oratoriano Joaquim Dâmaso, «o maior valido do Conde de Aguiar»<sup>35</sup>, que lhe valia, com frequência, no encaminhamento de empenhos e na obtenção de despachos ministeriais, e frei Gregório José Viegas, a quem apelidava de «Borra». A duplicidade que mantém com estes personagens é manifesta no primeiro caso e silenciada no segundo. Uma vez fala com desconfinança e desdém do padre Dâmaso «mostra-se muito meu amigo; comunica-me segredos da alta política; e eu entre cortesias e frases de concordância, dou-lhe duas

<sup>31</sup> BA 54-VI-12<sup>37</sup>, Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1813, p. 170.

<sup>32</sup> BA 54-VI-12<sup>37</sup>, Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1813, p. 170.

<sup>33</sup> Como anotava o famoso padre Perereca: «Esta Real Biblioteca tem chegado a ser a primeira, e a mais importante que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso número de livros de todas as ciências, e artes, impressos nas línguas antigas, e modernas, cujo número, passa de sessenta mil volumes, mas também pela copiosa coleção de estampas, mapas, manuscritos, e outras ricas e singulares coisas [...]. O Príncipe Regente Nosso Senhor, querendo favorecer, e excitar o estudos das letras divinas e humanas entre seus vassallos do Brasil, franqueou esta livraria a todos os literatos e estudiosos» (SANTOS 1981: 1, 328).

<sup>34</sup> BA 54-VI-12<sup>36</sup>, Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro 1816, p. 322.

<sup>35</sup> «O dito Padre Joaquim é o maior valimento para o Conde de Aguiar, e o *totum continens* de grandes Senhores e Senhoras do Paço: mostra-se muito meu amigo, comunica-me segredos de alta política; e eu entre cortesias e frases de concordância, dou-lhe duas figas, e ponho-me de reserva. Antes que os meus burricos me adoeçam, necessito fazer-me alveitar», BA 54-VI-12<sup>37</sup>, Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1813, p. 170 (itálico/sublinhado no original).

figas e ponho-me na reserva»<sup>36</sup> –, outras vezes reconhece ser o dito oratoriano, «além de instruído, virtuoso, e a quem sou sumamente obrigado»<sup>37</sup>.

A forma como, normalmente, trata os serventes José Joaquim de Oliveira, José Lopes Saraiva e Feliciano José é sumamente aviltante, excepção feita ao último, que respeita e cuja morte, em 1818, diz ter sido causada pela prisão de um familiar, implicado na revolta republicana de Pernambuco (1817).

Com atitudes estudadas e com manifesto exagero, o ajudante fazia passar a ideia de que, na Biblioteca, nada se realizava sem a sua concordância e parecer. Logo após o primeiro contacto com o corpo de letrados que serviam na livraria, pede ao pai o envio de uma cópia dos estatutos da Biblioteca de Espanha<sup>38</sup> para, a partir deles, compor os da Real Biblioteca do Rio de Janeiro que veio a ser dotada de um regulamento em 1821. E, pouco depois, encomenda-lhe «uma Cópia do Sistema de Classificação Bibliográfica, feita pelo Doutor António Ribeiro dos Santos para a Biblioteca Pública»<sup>39</sup>. O mais interessante é que não esconde os ganhos pessoais que procura retirar desses «papelinhos aqui de muita estimação», pois, como diz: «Estas e outras coisas semelhantes são muito necessárias para os meus futuros intentos, os quais espero que façam desvanecer alguma névoa, que me encobre, e que por ora não me convém subtrair-me dela»<sup>40</sup>.

Enquanto se discutiam as normas internas da casa, nos bastidores, ia conseguindo acumular vantagens: «Não tenho descansado um momento a granjear Amigos de honra e valimento, ajudando-me nesta empresa a boa metralha das Cartinhas»<sup>41</sup>, numa alusão explícita às cartas de recomendação de que era portador.

O sinal de que gozava da suspeita dos prefeitos da Real Biblioteca e da confiança de alguns Grandes da Corte é dado pela decisão tomada pelo visconde de Vila Nova da Rainha, que o afasta do espaço da livraria e o aproxima da Câmara Real. Segundo relata, aquele ministro fez-lhe notar que Sua Alteza Real tinha «pleno conhecimento» da sua «pessoa e conduta», estando muito satisfeito com o seu desempenho. Por esse motivo, escolhia-o para «tomar conta e cuidar no arrançamento e conservação dos Manuscritos da Biblioteca da Coroa, (que Sua Alteza Real quis que permanecessem junto da Sua Pessoa) e dos mais Papéis, que Sua Alteza Real ordenasse para o futuro»<sup>42</sup>. Para melhor reforçar o seu valimento, salienta, na mesma sequência, a influência que um membro da casa dos viscondes de Santarém tivera naquela decisão. Como diz, o príncipe

<sup>36</sup> BA 54-VI-12<sup>5</sup>, Rio de Janeiro, 21 de Julho de 1811, p. 82.

<sup>37</sup> BA 54-VI-12<sup>45</sup>, Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 1819, p. 446.

<sup>38</sup> Pede os estatutos em 27 de Junho de 1811 e acusa a recepção da respectiva cópia em 12 de Janeiro de 1812.

<sup>39</sup> BA 54-VI-12<sup>2</sup>, Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1811, p. 93.

<sup>40</sup> BA 54-VI-12<sup>2</sup>, Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1811, p. 93.

<sup>41</sup> BA 54-VI-12<sup>4</sup>, Rio de Janeiro, 3 de Julho de 1811, p. 81.

<sup>42</sup> BA 54-VI-12<sup>6</sup>, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1811, p. 84.

estava também «inteirado das boas informações do Senhor João Diogo»<sup>43</sup> a meu respeito, e como pessoa fidedigna me confiava este Cargo de segredo, importância e responsabilidade. Principiei logo no dia 10 dando-me posse o mesmo Visconde com as recomendações precisas; e assim continuo a trabalhar todos os dias dentro do Paço, na Sala Nova do Despacho do Real Gabinete, por cima da Câmara de Sua Alteza Real»<sup>44</sup>.

Entrando pela porta do fundo na Câmara Real, vai conquistando a proximidade necessária para se insinuar junto de um maior número de cortesãos. Com ditos, intrigas e lembranças afiançava resolver promessas de provimento e obter despachos e meirês difíceis de alcançar, para muitos amigos e conhecidos que deixara no reino. Com o passar do tempo, a gestão da economia informal de benefícios indirectos para terceiros torna-se recorrente, acabando por ocupar um lugar central em toda a correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Ao cabo de uma década tinha entretecido uma complexa teia clientelar que, não sendo firmada na dignidade e na honra, comportava para o mero ajudante da biblioteca que arrumava livros, como quem tratava de favores, ganhos simbólicos visíveis. Por isso se jactava da sua nobre função de tratar dos manuscritos da livraria, em segredo, e de, por essa razão, frequentar os aposentos régios, estar junto do Príncipe Regente e, todas as manhãs, ter «a satisfação de lhe falar e beijar-lhe a Mão [...], quando se levanta da cama, pelas 7 horas da manhã»<sup>45</sup>.

Em substituição de frei Francisco António de Arrábida, o recém-chegado ajudante da Real Biblioteca ocupou-se, com brio, da organização e catalogação dos valiosos Manuscritos da Coroa. O catálogo que elaborou, datado de 1813, não era propriamente um esmerado instrumento de classificação, mas possuía a vantagem de listar e agrupar os documentos por grandes temas. Naquele acervo reservado, os documentos classificados na secção «Política» eram da maior relevância para a monarquia, para a diplomacia e para a tomada de decisões do governo, dado que encerravam muitas notícias históricas e memórias recentes relativas à conjuntura internacional de guerra que se vivia na Europa. Por esse motivo, o príncipe impusera que o tratamento dos manuscritos se fizesse na Sala Nova do Despacho do Real Gabinete, por cima do seu quarto.

Colocado no Paço, Luís Joaquim dos Santos Marrocos tinha em curso a elaboração da «Memória literária e crítica»<sup>46</sup> dos Manuscritos da Coroa, designação que ele próprio atribuiu ao seu instrumento de catálogo, quando foi instado a abandonar o Paço, por imposição da princesa Carlota Joaquina, que

<sup>43</sup> João Diogo de Barros Leitão de Carvalhosa.

<sup>44</sup> BA 54-VI-12<sup>4</sup>, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1811, p. 84.

<sup>45</sup> BA 54-VI-12<sup>4</sup>, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1811, p. 84.

<sup>46</sup> BA 54-VI-12<sup>4</sup>, Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 1812, p. 107.

requeriu para sua acomodação a sala em que aqueles se achavam depositados e em que o ajudante trabalhava.

Foi transferido, em 1813, para o edifício do Real Tesouro, na rua do Ouvidor, ficando aí a exercer o seu ofício «sem precedências de alguém» porque, como afirma, o visconde de Vila Nova o pretendia subtrair à direcção do padre Joaquim Dâmaso<sup>47</sup>. Podendo não ser inteiramente verdadeiro, o motivo que alega permite perceber a posição subalterna do ajudante da livraria nos círculos da Corte, onde desempenhou o papel de peão de conflitos e de mensageiro de boatos. De qualquer modo, a mudança de local de trabalho deu azo a uma série de disputas que mais serviram para reforçar a sua sobrançeria em relação aos colegas da livraria. Sempre reclamados pela Real Biblioteca, os Manuscritos acabaram por ficar à guarda do Real Tesouro até retornarem a Portugal, em 1821.

Passado o período de acomodação do espólio que tinha por missão organizar, Luís Joaquim dos Santos Marrocos passou a gerir com maior liberdade o seu tempo, nunca perdendo o hábito de ir ao Paço, ao beija-mão de Sua Alteza Real. Envaidecido com a sua nova posição e com as relações que ia estabelecendo com oficiais de instituições importantes da cidade, escrevia para casa a informar: «O meu exercício actual não é na Livraria, é sim no Real Tesouro, onde estão os Manuscritos de que sou encarregado; e a outra minha Comissão tem exercício particular em diversos sítios, ora em minha casa, ora na Secretaria de Estado, ora em casa do Oficial Maior, ora em casa do Intendente-Geral da Polícia, e eis o que me leva todo o tempo»<sup>48</sup>. Em 1814, pouco antes de escrever esta notícia, encontrava-se a transcrever o tratado manuscrito de Francisco de Holanda, *Da Fábrica do que falece à Cidade de Lisboa*, tarefa delicada e morosa feita a pedido do príncipe D. João. A cópia mereceu a atenção do marquês de Aguiar<sup>49</sup>, foi expedida para o bibliotecário da Real Biblioteca da Ajuda e mereceu o elogio público da Academia Real das Ciências de Lisboa (*HISTORIA E MEMORIAS* 1816: 4, 2). Ao ter conhecimento dessa honrosa distinção, Luís Joaquim dos Santos Marrocos regista: «vi com admiração o elogio de agradecimento, que a mesma Academia me faz, pelo trabalho, que tive, da cópia e remessa da Obra de Francisco de Holanda, que fiz por minha mão. A esse tempo ainda a Academia não tinha recebido a bela e preciosa Colecção de Desenhos relativos à mesma Obra, que

<sup>47</sup> BA 54-VI-12<sup>41</sup>, Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1813, p. 177.

<sup>48</sup> BA 54-VI-12<sup>23</sup>, Rio de Janeiro, 2 de Junho de 1814, p. 260-261.

<sup>49</sup> «Por este mesmo Navio remeto ao Senhor Alexandre António das Neves uma Cópia do Tratado manuscrito de Francisco de Holanda = *Da Fábrica do que falece à Cidade de Lisboa* = feita da minha mão por Ordem de Sua Alteza Real, cuja Cópia não enviei directamente a Vossa Mercê para a ver, em razão de ser volumosa e pesada, e por conseguinte ser subido o Porte do Correio: tive o gosto de que o Senhor Marquês de Aguiar a elogiasse, tendo-a visto toda desde o princípio até ao fim, no que gastou uma grande parte da tarde de Domingo, 27 do passado», BA 54-VI-12<sup>65</sup>, Rio de Janeiro, 1 de Abril de 1814, p. 251.

também ao depois lhe mandei, por fazerem a parte mais principal dela, e que não foram logo, por ser isso impraticável; e creio que ela estará há muito entregue dos ditos Desenhos, que foram dirigidos à mesma Academia para serem entregues ao Senhor Alexandre António das Neves»<sup>50</sup>.

### Livros e Negócios de Livraria no Rio de Janeiro

À excepção do encómio lavrado pelo secretário da Academia, José Bonifácio de Andrada e Silva, à celebridade da obra do quinhentista português e ao trabalho do copista moderno, nenhuma outra produção de Marrocos, no domínio das letras, alcançou consagração pública. Reclama a autoria de um tratado estranhamente intitulado *Inoculação do Entendimento*, cujo manuscrito diz ter confiado, ainda em Lisboa, a frei José Mariano da Conceição Veloso para que este o mandasse imprimir na Oficina do Arco do Cego. Porém, na colecção de impressos e manuscritos que o conhecido naturalista doou à Real Biblioteca, pós a sua morte, em 1811, não consta a existência do tal manuscrito supostamente elaborado por Marrocos<sup>51</sup>. Para além do despeito pessoal e da expressa desvalorização do autor da *Flora Fluminensis*, o vaticínio que Marrocos profere, na ocasião, desloca para a esfera da maledicência a herança da ilustração recebida: «Para o futuro eu direi a Vossa Mercê lindas coisas; e como aqui se nada em seco, havendo grandes bazófiás de fundos e materiais; e sabidas as contas, tudo e tudo Fradarias: eu me rio desta Comédia, vendo os Actores, quais Ícaros, elevados pela presunção, mas subitamente abatidos pela materialidade»<sup>52</sup>.

Sem actividade literária, mas com hábitos de gente cultivada, Marrocos torna-se um leitor furtivo de gazetas nacionais e estrangeiras – não se eximindo de comentar notícias e artigos de opinião publicados no *Correio Braziliense* e no *Investigador Portuguez em Inglaterra* –, um compilador de papéis suspeitos e um divulgador de novidades literárias e obras proibidas. Muitas vezes, expede esse tipo de papéis para Lisboa, recebendo, em troca, remessas idênticas.

Nas horas vagas, dedicava-se à tradução de obras francesas sobre higiene e saúde pública. Em 1816 informa ter concluído a tradução e adaptação do *Tratado da Polícia de Saúde, terrestre e marítima, ou Higiene Militar e Naval: extraído das Obras de Medicina Legal e Higiene Pública de Mr. F. E. Foderè*, Doutor em Medicina,

<sup>50</sup> BA 54-VI-12<sup>33</sup>, Rio de Janeiro, 11 de Julho de 1818, p. 413.

<sup>51</sup> «A minha *Inoculação do Entendimento* caiu no Inferno, pois não aparece entre os seus Manuscritos; e creio agora que ele, ao partir para esta, deixaria este Papel aí na Impressão Régia», BA 54-VI-12<sup>3</sup>, Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 1811, p. 93 (itálico/sublinhado no original).

<sup>52</sup> BA 54-VI-12<sup>9</sup>, Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 1811, p. 93.

publicadas ultimamente em Paris, no ano de 1813»<sup>53</sup>, que não deu à estampa. Uns meses depois, verte para português uma «interessante Obra de Ginástica Medicinal», cujo prospecto envia ao pai com estas palavras: «como verá do papelinho incluso». E, logo a seguir, acrescenta: «ainda não a passei a limpo, por me achar entretido com a revisão da *Corografia Brasílica* / [à margem] 2 tomos de 4.º /, que se está imprimindo, e é feita por um Clérigo meu amigo, e muito instruído neste ramo de sua aplicação. Estou ao mesmo tempo formando um, como Dicionário, ou Lista dos termos Brasílicos actuais, e que servem de objecto notável na dita obra; o que há-de ser adicionado no fim»<sup>54</sup>. No primeiro caso referia-se à cópia manuscrita do *Traité d'Hygiène appliquée à la Therapeutique*, de Barbier, no segundo, ao encargo inicial de revisão da *Corografia Brasílica* do padre Manuel Aires do Casal confiado ao bibliotecário padre Joaquim Dâmaso, trabalho que este repartiu com os seus colaboradores.

No exercício do seu officio, em prol das letras, Marrocos participava, como temos vindo a salientar, em projectos e iniciativas que envolviam pessoas e instituições de prestígio. Neste capítulo, refira-se a sua posição a respeito do envio de livros dobrados para a Biblioteca Pública de Salvador, criada em 1811. Por ordem de D. João, a partir de 1818, a Real Biblioteca do Rio de Janeiro passou a remeter à sua congénere na Baía um exemplar de cada obra que possuía em duplicado. A medida era duplamente proveitosa, porque aliviava os fundos da casa do Rio de Janeiro e dava um destino útil aos livros. Neste caso, o ajudante da livraria não só aplaudia a resolução como reivindicava para si os louros da ideia: «Veio a verificar-se o meu projecto lembrado a princípio; pois Sua Majestade Ordenou que dos Livros dobrados da Sua Real Biblioteca se fizesse fornecimento de um exemplar de cada Obra para a Biblioteca Pública da Baía, combinando-se estes com os do Catálogo, que dali veio, de sorte que não viessem a duplicar-se, porém consistindo a remessa dos que ali não houvessem. Já para lá foram 20 Caixotes, que somente compreendem o ramo de Teologia: e vai-se continuando»<sup>55</sup>. Mais uma vez, fica a dúvida sobre a oportunidade do parecer e a genuinidade da atitude. De uma forma ou de outra, temos que concluir que os livros sempre ocuparam um lugar importante no seu quotidiano. No Rio de Janeiro, garantiam-lhe emprego e revelaram ser, à partida, uma boa oportunidade de negócio.

<sup>53</sup> BA 54-VI-12<sup>96</sup>, Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1816, p. 318. Na mesma carta escreve: «Agradeço a Vossa Mercê a remessa dos Papéis curiosos, impressos e manuscritos, de que vai a relação aqui adjunta, e sobre alguns deles farei para outra ocasião algumas reflexões. Remeto também as Gazetas notáveis daqui, que me pareceram dignas de Vossa Mercê as ler; e para outra vez irão as Preleções Filosóficas de Silvestre Pinheiro».

<sup>54</sup> BA 54-VI-12<sup>98</sup>, Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1816, p. 333.

<sup>55</sup> BA 54-VI-12<sup>127</sup>, Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1818, p. 404.

A criação da Impressão Régia no Rio de Janeiro, em 13 Maio de 1808, foi uma das decisões do Príncipe Regente que maior impacto político teve para o futuro da nova sede do Império (CAMARGO & MORAES 1993; CARVALHO 1999). Sofrendo um brutal e repentino acréscimo de população, de cerca de 45 mil para 60 mil habitantes em 1808 e atingindo cerca de 150 mil dez anos depois, a condição política da cidade mudou ao albergar uma parte significativa da nobreza do reino que acompanhou a Corte, ou seja, quando a cidade se viu forçada a reconfigurar, à partir do topo, a hierarquia social da sua paisagem humana. Acolhendo um séquito enorme de funcionários de secretarias e tribunais, o Rio de Janeiro encheu-se de novos prédios, ruas, aterros, pontes estradas e requintadas construções particulares e oficiais (CAVALCANTI 2004). A capitalidade política do Rio de Janeiro implicava a existência de rituais de informação e de cerimónias públicas, até então distantes ou apenas imagináveis, mas que, ao materializarem-se no grandioso cenário dos trópicos, contribuíam para impor uma imagem inédita e perdurável de materialidade do poder real. Concorrendo para dar visibilidade ao domínio simbólico da coroa, a impressão régia começou por tornar acessíveis, em folhas volantes, as leis, decretos, alvarás e demais decisões do governo. Mas nunca se divorciou de outras exigências de leitura, encarregando-se da publicação de obras políticas, económicas, literárias, científicas e filosóficas, além de dois jornais: a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a partir de 1808, e *O Patriota*, com início em 1813.

A importação de papel e o monopólio da edição concorriam, no entanto, para encarecer os objectos impressos saídos do prelo, no Rio de Janeiro, apesar da diversificação de postos de venda e da concorrência exercida por livreiros franceses, mormente por João Roberto Bourgeois e Paulo Martin, bem sucedidos na importação e distribuição de livros, estampas e folhetos<sup>56</sup>. Apercebendo-se desta realidade, Luís Joaquim dos Santos Marrocos fornece a seus correspondentes em Lisboa elementos de avaliação que estimulam o negócio à distância de livros e papéis impressos, chegando mesmo a aliciar impressores famosos, como Simão Tadeu Ferreira, a estabelecerem sucursais no Brasil. É conciso no diagnóstico e pragmático na solução: «Não pode aqui imprimir-se coisa alguma; e dou para exemplo o seguinte: aconteceu sair errada em uma página a Folhinha de algibeira para o ano de 1812, e por isso foi necessário imprimir-se aquele outavinho muito pequeno, que compreendia duas páginas pegadas, e deu-se para este fim uma resma do mau papel, em que elas costumam ser impressas: a soma da impressão foi 43\$030 réis! Tem-me por isso lembrado que faria aqui

<sup>56</sup> Entre 1807 e 1820, cerca de dezena e meia de livreiros e negociantes intervinham no transporte e venda de remessas de livros de Portugal e do estrangeiro. Sobre o assunto, veja-se, Márcia Abreu (2003: 115, 155).

negócio Simão Tadeu, se fizesse aqui estabelecer seu Irmão Alexandre com um bom Prelo, pelos preços cómodos daí, ou pouca diferença, só para deitar por terra este ladrão da Impressão Régia: enfim o preço ordinário das Folhinhas de algibeira é de 320 réis, e um Livreiro Encadernador, que faz delas um famoso monopólio, as vende por fim a 1\$600 réis. Vários Negociantes para fazerem públicas as suas fazendas para os Leilões do estilo, mandam à Baía imprimir as suas Listas»<sup>57</sup>.

Neste quadro, compreende-se que as remessas de objectos impressos destinadas ao Brasil tenham alimentado vários ramos de negócio. Estudos recentes mostram que 41,5 por cento da importação de livros estava a cargo do sector livreiro, enquanto a maioria, 58,5 por cento, era expedida e comercializada no Rio de Janeiro por iniciativa de particulares e de agentes não especializados (ABREU 2003: 156). As livrarias não dominavam o sector da distribuição, porque expedientes como aquele a que Luís Joaquim dos Santos Marrocos deita mão proliferavam em vésperas da Independência. Em 1817 vêmo-lo ocupado a recolher subscrições para a obra *Retratos, e elogios dos Varões e donas que illustraram a nação portugueza em virtudes, letras, armas, e artes*, impressa por Simão Tadeu Ferreira, em Lisboa, no mesmo ano. Para o bom êxito da empresa, mandou publicar um anúncio na *Gazeta do Rio de Janeiro*, com menção dos estabelecimentos autorizados a vender a obra. Além das lojas indicadas no prospecto, a cadeia de intermediários entre o livro e o leitor mobilizou o padre Dâmaso da Real Biblioteca, que se encarregou de reunir assinaturas de «16 pessoas, assim literatas, como da primeira grandeza»<sup>58</sup> e enviou para o bispo do Pará uma série de folhetos da obra, para colecta de novos assinantes. Idênticas diligências foram feitas na cidade de São Paulo. Mas só um ano mais tarde eram desalfandegados os exemplares prometidos, atraso que causou irritação a quem gerenciava o negócio no Rio de Janeiro e motivou desinteresse por parte dos leitores. Fazendo um primeiro balanço do processo negocial que envolvia o pai, como agente, em Lisboa, diz: «Recebi também os dois Cadernos 14 e 15 para a minha Colecção, de que os Senhores Editores me fazem favor: como é de Livros, não rejeito, antes agradeço muito essa lembrança.

Julguei ao princípio que concorressem mais Subscritores; mas vejo finalmente com bem mágoa que aqui reina maior paixão pelo Livro de 40 folhas, ou por estes Periódicos de novidades, em que são enfronhados estes Sábios da nossa idade. Esta lição, que se lhes oferece, fede-lhes; e quando folheiam; ou criticam do buril; ou da fidelidade da cópia, ou da concisão da história,

<sup>57</sup> BA 54-VI-12<sup>9</sup>, Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1811, p. 93-94.

<sup>58</sup> BA 54-VI-12<sup>105</sup>, Rio de Janeiro, 9 de Maio de 1817, p. 355.

ou do rançoso da linguagem, ou da exorbitância do preço. E é o que se encontra por fruto dos suores e desvelos em coligir estes preciosos monumentos»<sup>59</sup>. O reconhecimento de que errara na avaliação inicial das preferências de leitura do público é um indicador importante para explicar o malogro do negócio informal de livraria a que se dedicara. Mas, ainda assim, havia que despachar os exemplares recebidos, diminuindo as margens de lucro das vendas. Foi o que aconteceu numa terceira fase, com a concessão de 10 por cento do produto vendido a um agente encarregado de colocar os livros porta a porta. Goradas todas as expectativas de sucesso de vendas, o livro, pouco atractivo e caro, ainda rendeu 302\$630 réis, remetidos em tempos e parcelas diferentes para Lisboa. A ruína da empresa, coincidindo com a prestação final de contas, reveste um alto significado, porque evidencia a desunião entre pai e filho e o alastramento de suspeitas no seio da sociedade de homens de letras que havia patrocinado a impressão da obra, denominada «Sociedade Philopatrica». Finalmente, o mesmo episódio assinala o descomprometimento formal de Luís Joaquim dos Santos Marrocos em relação à família e à pátria.

A par da incursão que faz no mundo editorial e no comércio livreiro, Luís Joaquim dos Santos Marrocos dedica-se, enquanto leitor, a outras matérias. Mas parece-nos que a preferência que revela por temas médicos também não é destituída de interesse próprio. Por um lado, Marrocos explora a notoriedade do famoso cirurgião José Correia Picanço e estabelece sociedade com a família Picanço. Por outro, falando da hipotética «criação de uma Universidade em São Paulo para o Parto»<sup>60</sup> e estando ciente da importância que as questões de higiene revestiam numa cidade em acelerado crescimento, procura tirar partido de informação privilegiada para divulgar conhecimentos úteis. Embora não tenha dado ao prelo as traduções que diz ter realizado, na leitura dos tratados de medicina que compulsou obteve resposta para muitas doenças e queixas, de tipo hipocondríaco, que o afligiram, notoriamente, nos primeiros cinco anos de permanência no Rio de Janeiro. A lista de patologias que fornece é enorme tal como o são as terapêuticas prescritas.

### Permanecer Brasileiro

Marrocos deu-se mal, ao primeiro contacto, com a terra. As tórridas temperaturas dos trópicos, os cheiros nauseabundos da cidade, as ruas enlameadas e apinhadas de gente, a alimentação, o modo de vida e os hábitos da população local são

<sup>59</sup> BA 54-VI-12<sup>104</sup>, Rio de Janeiro, 15 de Maio [de 1818], p. 390-391.

<sup>60</sup> BA 54-VI-12<sup>6</sup>, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1811, p. 86.

factores que explicam a difícil adaptação ao Brasil do amanuense que viera em companhia de livros e que maldizia, constantemente, a sua sorte. «Abominável terra», «país infernal», «sítio de degredo», eis algumas das expressões que encontra para exprimir o desconforto e os males que padece à sua chegada ao Rio de Janeiro. O clima pestífero, com estações febris que o faziam destilar de manhã à noite, só tinha paralelo em Cacheu, Caconda, Moçambique ou outras paragens da costa africana, segundo afirma. Em registo intimista, as descrições que fornece da vida no Rio de Janeiro são tenebrosas.

À irmã reserva este postal ilustrado: «Daqui só te posso mandar informações fastidiosas: a terra é a pior do Mundo; a gente é indigníssima, soberba, vaidosa, libertina; os animais são feios, venenosos, e muitos; enfim eu crismei a terra, chamando-lhe *terra de sevandijas*; porque gente e brutos todos são *sevandijas*. Passei já uma Quaresma aqui, comendo carne ao jantar todos os dias, menos Quarta-feira de Cinza, Véspera de S. Mateus, e toda a Semana Santa; isto foi concedido por uma Pastoral do Bispo. Entrudo horrível foi o que aqui se passou: houveram desgraças, e eu estive clausurado, e mesmo assim fui atacado em casa: nunca vi jogar mais brutalmente. Enfim tudo aqui vai uma maravilha»<sup>61</sup>. Transportado para uma terra de gente desprezível, sonhava retornar à pátria sem mácula e sem lama. Em Novembro de 1812 deixa escapar esta sentença que alguém transcreveu para uma folha solta e apensou às cartas do ano de 1817: «Eu estou tão escandalizado do País, que dele nada quero, e quando daqui sair, não me esquecerei de limpar as botas à borda do Cais, para não levar o mínimo vestígio da terra, tão benéfica, que nem aos seus perdoa: e eu com a maior parte dos queixosos lhe pagaremos com grande usura os bons efeitos de sua condição»<sup>62</sup>.

Depois de tamanhalamúria, põe de parte «o sistema filosófico»<sup>63</sup>, de celibatário ilustrado, decide casar e criar raízes no Rio de Janeiro. Contraí matrimónio com uma carioca, D. Ana Maria de Santiago Sousa, filha de um comerciante abastado e respeitado. O anúncio do acto aparece subitamente na correspondência para o pai, mais precisamente, em carta datada da antevéspera do Natal de 1813. Curiosamente, é à irmã que confia o retrato de sua futura mulher, o qual se opõe, quase ponto por ponto, ao modelo de virtudes das senhoras de Lisboa. Na apresentação da consorte só se lembra de dizer «que esta minha *Sinházinha* não é rigorista de modas; não sabe dançar, nem tocar; não serve de ornato à janela com o leque e com o lenço, não sabe tomar visitas na Sala, nem discorrer nas guerras; porém sabe satisfazer-me em tudo o que pertence ao governo da casa,

<sup>61</sup> BA 54-VI-12<sup>17</sup>, Rio de Janeiro, 31 de Março de 1812, p. 117 (itálico/sublinhado no original).

<sup>62</sup> BA 54-VI-12<sup>38</sup>, Rio de Janeiro, 21 de Novembro de 1812, p. 160.

<sup>63</sup> A expressão é sua conforme se pode ler em uma cópia da carta conservada no acervo BA 54-VI-12<sup>17</sup>, Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1813, p. 236.

meu e seu arranjo, por ser este o seu génio e a sua criação; pois apesar de em casa de sua Mãe haver uma imensidade de escravas para o serviço, eram as filhas obrigadas por Semanas a regerem este mesmo serviço»<sup>64</sup>. E depois de considerar sua brasileira melhor que muitas portuguesas, evoca o poeta João Xavier de Matos para anunciar que ama em liberdade e que está disposto a desprezar qualquer opinião contrária à sua vontade.

A família não recebeu bem a notícia, deixando cair sobre o facto consumado um silêncio reprovador, que durou anos a fio. Do seu casamento nasceram, até 1821, três filhos, um rapaz que não sobreviveu e duas meninas que, nas cartas, são tratadas pelo pai com ternura, enlevo e vaidade. Ao fim de poucos anos já falava como os naturais, com sotaque, carregando a expressão e conferindo um tom de graça ao tratamento carinhoso dos entes queridos. Em bilhete à «riquinha Bernardinha», ou seja, à irmã, conclui: «Como a Sorte me obrigou a ser *di cá*, já lá vai o *Sinhor di lá*. Leve o Diabo semelhante língua; pois um País, onde reina a moleza e a preguiça, até no falar há sono!»<sup>65</sup>.

No Rio de Janeiro a família Marrocos prosperava. Os episódios de doença de Luís Joaquim tornaram-se menos frequentes. A casa, com bom número de escravos e criados, era farta e bem situada. E a Real Biblioteca, instituição de prestígio, funcionava como motivo de orgulho para o novo burocrata, acomodado e cioso das suas responsabilidades. Em Setembro de 1817, quando foi nomeado oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino pelo ministro Tomás António Vila Nova Portugal, abandonou, temporariamente, a Real Biblioteca, voltando, em 1821, a exercer as funções, em regime de acumulação, como encarregado de Direcção e Arranjo, em substituição do padre Gregório Viegas, provido bispo de Pernambuco<sup>66</sup>.

Se, na sede do Império, a ascensão do funcionário régio tipificava o destino de muitos outros oficiais subalternos que singraram ao serviço do Estado, na velha metrópole, aquando do termo da Guerra Peninsular, a situação da família evidenciava empobrecimento e falta de protagonismo social, à semelhança do que acontecia com outras franjas da classe média urbana, escolarizadas e politizadas, mas desprovidas do essencial. Com soldos em atraso e enfrentando carestias sucessivas, o pai de Luís Joaquim lastima, em 1813, o «estado

<sup>64</sup> BA 54-VI-12<sup>73</sup>, Rio de Janeiro, 1 de Novembro de 1814, p. 273 (itálico/sublinhado no original).

<sup>65</sup> BA 54-VI-12<sup>76</sup>, Rio de Janeiro, [s. d. 1812], p. 104 (itálico/sublinhado no original).

<sup>66</sup> Em nota à última carta que escreve ao pai acrescenta: «P. S. Aproveito esta ocasião para participar a Vossa Mercê que Sua Majestade Houve por bem promover-me para o Lugar de Encarregado da Direcção e Arranjo das Suas Reais Bibliotecas, com o Ordenado anual de 500\$000 réis», BA 54-VI-12<sup>77</sup>, Rio de Janeiro, 26 de Março de 1821, p. 500.

deplorável» de sua casa<sup>67</sup>. No Rio de Janeiro, a intercessão do filho de nada lhe serve. Durante o período em que corre, sem despacho favorável, o processo de jubilação de Francisco José dos Santos Marrocos, chega a Lisboa, em Outubro de 1815, a notícia de atribuição de uma mercê do hábito da Ordem de Cristo, obtida por empenho do filho, com a garantia de pagamento dos respectivos emolumentos e certidão. Mesmo assim, o velho professor régio rejeita a distinção, tomando-a como desonra e como ultraje, dado o estado de abandono e pobreza em que se encontrava. «A falta absoluta de recursos necessários para obstar a uma desgraça próxima», que refere, «assusta e horroriza» Luís Joaquim, que, a um ano da Revolução em Portugal tenta, por todos meios, convencer a família a abandonar Lisboa e a instalar-se no Rio de Janeiro<sup>68</sup>.

O aprofundamento da crise ia gerando ressentimentos que, pouco a pouco, foram ganhando lastro político. Na correspondência, palavras de sarcasmo, expectativa e louvor são usadas para falar das conspirações de 1817 – a republicana do Recife e a liberal de Gomes Freire de Andrade, no reino –, dos boatos que correm a respeito do retorno da família real e da agitação provocada por papéis revolucionários e folhetos de propaganda. Os actos oficiais e as cerimónias públicas no Rio de Janeiro concitam também julgamentos ambíguos, de júbilo e de crítica. Os festejos que tiveram lugar na nova sede do Império após a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e após a elevação do Brasil a Reino, em 16 de Dezembro de 1815 (ARAÚJO 1992; 2005b), chegam a constituir motivo de emulação e de chicana política: «Pelos Gazetas, que ultimamente remeti a Vossa Mercê lhe será constante o brado, que aqui se ouviu, pela elevação destes Estados a Reino, incorporando-se paralelamente aos de Portugal e Algarves; e as Funções que houveram por esse motivo. O Senado, que em tudo se quer distinguir, em tudo dá a conhecer que é Senado do Brasil; e por isso fez a Função mais porca, que eu não esperava ver. Em despique à mesquinhez do Senado, o Corpo do Comércio, todo bazófia, reserva para depois de Páscoa a sua Função, alusiva ao mesmo objecto, e em que prometem o maior aparato e grandeza, à imitação das Festas Reais de Lisboa»<sup>69</sup>. Ignoramos a reacção que semelhante juízo provocou ao leitor, mas, em outro acto político determinante para o futuro

<sup>67</sup> Situação que motiva esta reacção por parte de Luís Joaquim: «Conheço quanto Vossa Mercê se terá consumido com o estado deplorável de nossa Casa, não diminuindo de modo algum a vida, em que vive; ainda mesmo com o alcance de sua vista: nas Cartas, que acompanham a esta, manifesto o meu sentimento por motivo tão forte; e Vossa Mercê me dará inteiro crédito, pois tem larga experiência da minha eficácia em ser-lhe útil. Deus permita facilitar-me os meios, que se me destinam, os quais farão parar grande parte de nossos desgostos», BA 54-VI-12<sup>37</sup>, Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1813, p. 168.

<sup>68</sup> BA 54-VI-12<sup>45</sup>, Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 1819, p. 442. Esta carta retrata bem o contraste de situação económica e social dos dois braços da família, de um lado e de outro do Atlântico.

<sup>69</sup> BA 54-VI-12<sup>96</sup>, Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 1816, p. 323.

bicéfalo da monarquia de Bragança, a aclamação de D. João VI, em 6 de Fevereiro de 1818, o discurso aparece, novamente, carregado de subentendidos: «Efectuou-se felizmente o desejado e aparatoso Acto de Aclamação de Sua Majestade no dia 6 do corrente, e do modo mais tocante e expressivo, que pode imaginar-se; o que Vossa Mercê poderá ver das notícias transcritas nas Gazetas inclusas; mas devo advertir que nelas há muita falta de exactão, e muita mentira»<sup>70</sup>.

A última mensagem escrita por Luís Joaquim dos Santos Marrocos chega a Lisboa quase ao mesmo tempo que aporta à capital portuguesa a Corte de D. João VI. Marrocos ficou no Rio de Janeiro, aderiu à Independência, foi promovido, em 1824, a oficial graduado da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e, em 1829, foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo, por lealdade e fidelidade a D. Pedro I<sup>71</sup>. Até à data da sua morte, em 17 de Dezembro de 1838, fez da dedicação à causa pública seu bilhete de apresentação e de identidade.

## Referências bibliográficas

ABREU, Márcia

2003 *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras: FAPESP, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina

1992 «O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 1815-1822». *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de História e Teorias das Ideias. 14 (1992) 233-261.

2005a «A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita. In *As comunicações na Idade Moderna*. [Coord. Margarida Neto]. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005. p. 120-145.

2005b «Um Império, um Reino e uma Monarquia na América – A independência no Brasil». In *A Independência do Brasil: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 235-270.

<sup>70</sup> BA 54-VI-12<sup>14</sup>, Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 1818. Na mesma carta afirma: «Foi nesse mesmo dia 6 que constringido vesti e estreei a minha Farda de Oficial de Secretaria, que havendo-me importado perto de 120\$000 réis com todas as suas bonecrices adjuntas, me encheu de vergonha, julgando-me um Falperra, pois sempre tive negação e ódio a enfeites e peralvilhices», p. 337. Sobre as cerimónias de Aclamação de D. João VI, veja-se, Iara Lis Carvalho Souza (1998).

<sup>71</sup> Indicações fornecidas pelo prefaciador da 1.ª edição das «Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821» (MARROCOS 1939: 15-16).

AZEVEDO, Joaquim José de, Visconde de Rio Seco

Ver RIO SECO, Visconde de

CAMARGO, Ana Maria; Moraes, Rubens Borba de

1993 *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP: Kosmos, 1993. 2 vol.

CARVALHO, Kátia de

1999 *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CAVALCANTI, Nireu

2004 *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FIGUEIREDO, Pedro José de

1817 *Retratos, e elogios dos varões, e donas que ilustraram a nação portuguesa em virtudes, letras, armas, e artes, assim nacionaes, como estranhos, tanto antigos, como modernos*. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1817.

*Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Na Typografia da Mesma Academia, 1815-1851.

Inocência Francisco da Silva, *et al.*

1858-1958 *Diccionario bibliographico portuguez ...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1958. 23 vol.

LIMA, Oliveira

1996 *D. João VI no Brasil*. [Prefácio Wilson Martins]. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MALERBA, Jurandir

2000 *A Corte no Exílio. Civilização e Poder no Brasil às Vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos

1939 «Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, 1811 a 1821». [Apres., notas e índice Rodolfo Garcia]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. 56 (1934). Publicado em 1939.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores

2006 *D. João VI: O Clemente*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

RIO SECO, Visconde de, Joaquim José de Azevedo

1821 *Exposição analytica, e justificativa da Conducta, e vida pública do Visconde do Rio Secco desde o dia 25 de Novembro de 1807...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

SANTOS, Luís Gonçalves dos

1981 *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: usp, 1981. t. 1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz

2002 *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Inocência Francisco da

Ver Inocência Francisco da Silva.

SOUZA, Iara Lis Carvalho

1998 *Pátria corada. Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.